



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

ARGUMENTAÇÃO E(M) DISCURSO PEDAGÓGICO: SENTIDOS SOBRE O FRACASSO ESCOLAR

Aparecida Pin Ribeiro¹

Resumo: Utilizando a Análise do Discurso pecheuxtiana como dispositivo teórico-analítico, este trabalho tem como objetivo investigar a argumentação de sujeitos-escolares sobre o fracasso escolar, especificamente, de alunos que frequentam os 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, bem como se a argumentação está relacionada à assunção da autoria. Para isso, foi oferecida aos alunos uma coletânea de textos que abordavam o tema “fracasso escolar” e, assim, promovido o debate, pela professora da sala de aula. Feito isso, foi solicitado que os alunos escrevessem um texto argumentativo sobre o tema debatido. Os textos produzidos constituem objeto de análise deste estudo. Pretende-se, através das análises, compreender como ocorre a construção dos sentidos e argumentos nos discursos produzidos pelos sujeitos-escolares, quais sentidos esses argumentos apontam e quais sentidos estão, possivelmente, silenciados.

Palavras-chave: Argumentação; Autoria; Discurso.

Abstract: Using Discourse Analysis by Michel Pêcheux as an analytical and theoretical device, this paper aims to investigate the arguments of student subjects on school failure, specifically, the students attending the 5th and 9th grades of Elementary School, and how the right (or not) to argumentation is related to the assumption or absence of the authorship. For this purpose, it was offered to the students a compilation of texts that addressed the topic "school failure" and therefore, the debate was promoted to propose that students write themselves an argumentative text about the discussed theme, which will be the object analyzed in this study. It is intended, through the analysis, to understand how is the construction of the meanings and arguments in the discourses produced by the student subjects, which meanings these arguments point and which meanings are possibly silenced.

Keywords: Argumentation; Authorship; Discourse.

¹ Mestranda no programa de pós-graduação em Educação da FFCLRP/USP.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Introdução

O presente artigo tem como objetivo fazer uma breve apresentação de nossa pesquisa de mestrado, ainda em andamento, realizada no Programa de pós-graduação em Educação da FFCLRP/USP e orientada pela Prof.^a Dr.^a Soraya Maria Romano Pacífico.

Inquietações e questionamentos provenientes de nossa experiência como professora do Ensino Fundamental nos levaram a querer aprofundar os estudos acerca da escrita dos alunos, especialmente, no que tange à autoria e argumentação. Observamos que, na escola, muitas vezes, os alunos não conseguem posicionar-se como autores de seu próprio dizer, principalmente, quando o que está em jogo é a argumentação, prática discursiva que exige a disputa do dizer.

Nossa hipótese é de que isso ocorra devido a práticas parafrásticas pautadas no discurso do tipo autoritário (ORLANDI, 2011) que levam os alunos a repetirem sentidos cristalizados pelo professor e/ou pelo livro didáticos, desautorizando-os a ocuparem o lugar de autor, colocando-os na posição de fôrma-leitor (PACÍFICO, 2002), ou seja, do leitor que não questiona, não duvida dos sentidos e que, por consequência, não argumenta.

No entanto, a argumentação é um ato social que está presente no dia-a-dia das pessoas e, portanto, dos alunos. Argumentamos nas mais diversas situações, nas relações cotidianas, em situações profissionais e ambientes institucionalizados, como o escolar, por exemplo. Por isso, defendemos que a argumentação pode e deve ser incentivada na escola desde a mais tenra idade, já nos anos iniciais. Contudo, algumas pesquisas, como a de Lemes (2013), por exemplo, mostram-nos que o trabalho com argumentação fica delegado aos últimos anos escolares como preparação para exames como o ENEM e outros vestibulares.

Diante disso, concordamos quando Pacífico (2016, p.192) afirma que a argumentação “deve ser entendida como um direito humano, direito este que deve ser exercido no contexto escolar, a fim de que os sujeitos-alunos pratiquem a argumentação, dentro e fora da escola, como uma prática social”. Vale destacar que a autora desenvolve essa ideia da argumentação como um direito a partir de Candido (2004). Este autor afirma no texto *O direito à literatura* que os direitos humanos podem ser entendidos como aquilo que consideramos indispensável para nós e, também, para o próximo. Sendo assim, o autor defende que a literatura é um bem



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

fundamental, e, portanto, um direito, assim como o direito à moradia, saúde, alimentação (CANDIDO, 2004, p.172), da mesma forma, a argumentação para Pacífico (2016) configura-se como um bem fundamental e indispensável à vida humana.

Ainda de acordo com Pacífico (2013), a leitura e a escrita são comumente trabalhadas na escola como meros instrumentos de comunicação a serem apreendidos por meio de atividades mecânicas, que não possibilitam a construção da identidade do autor e não criam espaço para que o sujeito possa assumir a responsabilidade pelo dizer e pela direção dos sentidos de seu texto, ou seja, para que assuma a posição discursiva de autor. Devido a práticas pedagógicas como essa, observamos que o direito à argumentação, muitas vezes, é negado na escola, e que a consequência disso é a ausência de interpretações diversas e de marcas de autoria nos textos dos alunos.

No entanto, defendendo, assim como a autora, que o espaço escolar é o lugar onde “o sujeito pode e deve conhecer as relações desiguais de poder implicadas nas práticas argumentativas para poder exercer seu poder de argumentar, para poder encontrar nos discursos, os espaços para a argumentação” (PACÍFICO, 2016, p.192), resolvemos abordar o tema “fracasso escolar” para propor que os alunos escrevessem textos argumentativos sobre essa temática, cujos sentidos afetam o cotidiano escolar.

Queríamos conhecer os sentidos de fracasso escolar evocados por esses sujeitos, pois ao enunciar determinados sentidos em seu dizer, o sujeito se inscreve em determinada formação discursiva, e por ser um tema do cotidiano escolar, tínhamos a hipótese de que o sujeito-escolar teria mais familiaridade para posicionar-se sobre a questão, debater e escrever sobre sentidos com os quais ele, possivelmente, (des)identifica-se e argumentar para sustentar seu ponto de vista.

Nosso trabalho está pautado na Análise do discurso pecheuxtiana (AD) e, dessa forma, entendemos que por meio do discurso seja possível compreender a relação entre sujeito e linguagem, porém, vale ressaltar que essa relação não se dá por via direta ou mecânica, no que tange à significação, uma vez que a linguagem, para a AD, não é transparente, mas é perpassada por aspectos sociohistóricos e pela ideologia, esta entendida como mecanismo de naturalização dos sentidos.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Com base nisso, não pode haver um sentido legítimo, único (como o que é, muitas vezes, exigido na escola), mas um espaço para a construção de efeitos de sentido. Entretanto, a instituição escolar como o lugar socialmente legitimado para reprodução cultural e transmissão de conhecimento/poder, torna-se a reprodutora da ideologia dominante naturalizando e normalizando a interpretação e os sentidos.

Sobre o referencial teórico

Conforme já mencionado, este trabalho tem como dispositivo teórico-analítico a Análise do Discurso proposta por Michel Pêcheux. Essa teoria se constitui nos anos 60 a partir de três domínios disciplinares: a Linguística, o Marxismo e a Psicanálise. Pêcheux parte dessas influências para constituir um novo objeto, o discurso, entendido por ele não como o discurso empírico sustentado por um sujeito, nem tampouco como o texto, mas como o “efeito de sentidos entre locutores” (ORLANDI, 2013, p.21).

O discurso, para Pêcheux, é um ato político que se constitui por meio de condições de produção dadas, situadas no interior da relação de forças existentes e, portanto, não é um ato neutro, mas se constitui pelas condições sociohistóricas, marcadas pela historicidade dos sentidos, e principalmente, pela ideologia.

Entendemos, por meio da AD, que as condições de produção não se resumem somente às condições materiais pelas quais um discurso é produzido, mas também e, principalmente, ao contexto sócio-histórico-ideológico que influencia a produção de um discurso.

Além disso, de acordo com Pacífico (2002, p.54) “as condições de produção envolvem a imagem que os interlocutores fazem de si e do referente”, imagem esta que Pêcheux (1993) chama de formações imaginárias, ou seja “a imagem que o sujeito faz dele mesmo, a imagem que ele faz de seu interlocutor, a imagem que ele faz do objeto do discurso” (ORLANDI, 2010, p.15), e mais que isso,

faz parte do modo como as condições de produção do discurso se estabelecem o que chamamos relações de força. Segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa. Assim, importa se falamos do lugar de presidente, ou de professor, ou de pai, ou de filho, etc. Cada um desses lugares tem sua força na relação de interlocução e isto se representa nas posições sujeito. Por isso, essas posições não são neutras e se carregam do poder que as constitui em suas relações de força. (ORLANDI, 2010, p.16)



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Dessa forma, para a AD, o sentido de uma palavra não existe em si mesmo e nem no próprio sujeito, mas é determinado “pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões, proposições são produzidas (isto é reproduzidas)” (ORLANDI, 2010, p.17). Sendo assim, o sentido das palavras muda de acordo com as posições ocupadas por aqueles que as utilizam, de acordo com as formações discursivas e ideológicas nas quais os sujeitos estão inseridos.

Vale destacar que formação discursiva (FD) para Pêcheux (2009, p.147, grifo do autor) é “aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina *o que pode e deve ser dito*”. Sendo assim, a noção de FD está intrinsicamente ligada à noção de ideologia, uma vez que se caracteriza por posições e funcionamentos discursivos que não são neutros, mas determinados por formações ideológicas.

Por conseguinte, a formação discursiva tem seus saberes regulados pela forma-sujeito (INDURSKY, 2007, p.166), o que nos leva a outro conceito importante, o de “tomada de posição”, que de acordo com Pêcheux (2009, p.160), deve ser compreendida como o efeito do interdiscurso na forma-sujeito.

Queremos destacar que o sujeito para a Análise do Discurso, não é o sujeito empírico, “de carne e osso”, mas o sujeito social, que pode ocupar várias posições e a partir daí produzir sentidos. Além disso, segundo Orlandi (2010) não podemos pensar o sujeito como origem de si, uma vez que, o sujeito é constituído, pelo que Pêcheux chama de ilusão constitutiva do sujeito, que é a ilusão que o sujeito tem de estar na fonte do sentido.

Ainda de acordo com Pêcheux as palavras, expressões, proposições recebem seu sentido na formação discursiva em que são produzidas, ou seja, elas “mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto, é, em referência às formações ideológicas” (PÊCHEUX, 2009, p.146-147).

É importante ressaltar também que, para o autor, o interdiscurso é o que determina uma FD, uma vez que toda formação discursiva dissimula pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas (PÊCHEUX, 2009,



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

p.146). A esse todo complexo de dominantes das formações discursivas é que o autor vai chamar de interdiscurso.

É pelo funcionamento do interdiscurso, através do efeito de transparência do sentido, que o sujeito não consegue reconhecer sua subordinação-assujeitamento ao Outro, e isso ocorre por meio da Ideologia. É através da ideologia que se naturaliza o que é produzido historicamente, o que leva o sujeito a pensar que o sentido só pode ser um e não outro. Outro conceito importante apresentado por Pêcheux, e que está intimamente relacionado ao de interdiscurso é a noção de arquivo, que segundo o autor é “o campo de documentos pertinentes e disponíveis sobre uma questão” (PÊCHEUX, 2014, p.59).

Quando falamos em discurso não podemos nos esquecer de que a materialidade deste é a língua, no entanto, a língua não é vista, na AD, como um sistema, cuja “estrutura” é rígida e imutável, mas como algo cujo funcionamento vai além dos níveis fonológico, morfológico e sintático, e que difere conforme as condições materiais das lutas de classe, uma vez que o laço que liga as significações de um texto às suas condições sócio-históricas é constitutivo dessas significações. Segundo Orlandi, para a AD “nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos” (ORLANDI, 2013, p.22).

Retomando o conceito de formação imaginária, ou seja, o conjunto de representações que o sujeito faz de si e dos outros, podemos dizer que pelas formações imaginárias os sujeitos naturalizam os sentidos, apagando os efeitos da ideologia, sendo assim, é por meio da ideologia dominante que se constrói o imaginário, para alunos e professores, sobre o lugar que o professor deve ocupar, ou seja, o lugar de detentor do saber, que não deve ser questionado.

Defendemos, porém, que é possível romper com esse imaginário por meio da argumentação, não uma argumentação baseada em regras ou sistemas rígidos, pautados na lógica, mas uma argumentação na qual circule o discurso polêmico (ORLANDI, 2011), em que professor e alunos possam “disputar” e duvidar dos sentidos pré-estabelecidos.

Como já dissemos, na introdução deste trabalho, a argumentação é um conceito caro à nossa pesquisa, e entendemos que argumentar é um ato social. Segundo Amossy (2011) há condições intrínsecas à argumentação, uma delas é a língua natural, que não deve ser vista



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

como um obstáculo, ou resumida a esquemas, categorizações ou sequências argumentativas abstratas, como ocorre na lógica, pois

O discurso argumentativo não se desenrola no espaço abstrato da lógica pura, mas em uma situação de comunicação em que o locutor apresenta seu ponto de vista na língua natural com todos os seus recursos, que compreendem tanto o uso de conectores ou de dêiticos, quanto a pressuposição e o implícito, as marcas de estereotipia, a ambiguidade, a polissemia, a metáfora, a repetição, o ritmo. É na espessura da língua que se forma e se transmite a argumentação, e é através de seu uso que ela se instala: a argumentação, é preciso não esquecer, não é o emprego de um raciocínio que se basta por si só, mas uma troca atual ou virtual – entre dois ou mais parceiros que pretendem influenciar um ao outro (AMOSSY, 2011, p.132).

Outra condição intrínseca ao ato de argumentar, segundo a autora, é a comunicação e interação, o que confere à argumentação uma dimensão institucional e social, e permite que ela se inscreva não somente na materialidade discursiva, mas também, no interdiscurso.

É preciso ressaltar que, no campo da AD pecheuxtiana ainda encontramos poucos estudos discursivos sobre argumentação, entre eles destacamos os estudos de Pacífico (2012) que entende que a “argumentação faz parte da vida do homem e está relacionada à relação de poder que se estabelece, em determinado momento, entre as classes sociais, isto é, sempre haverá quem argumente e quem ‘é argumentado’” (p.43), além disso, para que haja argumentação é necessário que se instaure a polissemia, e o discurso polêmico que, para Pacífico (2012), é entendido como aquele que “permite a disputa, considera a ação e a reação dos interlocutores, enfim, possibilita o movimento do sujeito na construção do seu discurso” (p.48) e que possibilita que o sujeito ocupe “um lugar que lhe permita olhar o objeto discursivo e questionar, discutir, construir os sentidos acerca disso”. (PACÍFICO, 2012, p.49).

Partindo dessas considerações sobre o texto argumentativo, Pacífico (2012) considera que existe relação entre argumentação e autoria, pois para argumentar o sujeito precisa ter acesso ao interdiscurso, aos sentidos tecidos sócio-historicamente sobre uma dada questão, e, diante de uma multiplicidade de sentidos, o sujeito-autor, tendo a ilusão de ser dono de seu dizer (PÊCHEUX, 2009) trabalha no intradiscurso assumindo a responsabilidade pelos sentidos que colocará em discurso. Segundo a autora (PACÍFICO, 2012, p.145) “poderíamos dizer que o princípio de autoria funciona como condição necessária para a produção do texto argumentativo; portanto, o sujeito que conseguir construir um texto argumentativo atendendo



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

às exigências desse tipo de produção textual, assumirá a posição de autor.” E acrescenta:

Se estas são condições necessárias para a produção do texto argumentativo e, confrontando-as com as condições exigidas para que haja autoria, percebemos que a produção do texto argumentativo reclama que o sujeito assuma a função-autor, uma vez que se o sujeito conseguir sustentar seu ponto de vista, ele assume a responsabilidade pelo dizer; se o sujeito usa argumentos convincentes, ele controla a dispersão do texto, o equívoco, pois o contrário quebra a unidade do argumento, consequentemente, do texto; se o sujeito constrói uma conclusão que recapitule e confirme o que foi dito anteriormente, ele cria um efeito de “fechamento” para seu texto, característico da função-autor (PACÍFICO, *idem*).

Finalmente, queremos destacar que a argumentação é feita entre e para homens, ou seja, “argumenta-se para direcionar a tomada de decisões ou a realização de ações ou para modificar representações de mundo” (ZOPPI-FONTANA, 2010, p.179-180).

Metodologia e Análises

A coleta de dados que deu origem ao nosso *corpus* ocorreu em duas escolas da rede municipal da cidade de Ribeirão Preto, sendo duas salas de 5º ano e duas salas de 9º ano, ambas do Ensino Fundamental. O termo de consentimento para participação na pesquisa foi devidamente assinado pelos pais ou responsáveis pelos sujeitos-escolares para que a coleta tivesse início.

Para constituição do *corpus*, que é constituído por 94 redações, foi oferecida aos professores e aos alunos uma coletânea de textos que abordavam, sob diferentes pontos de vista, o tema “fracasso escolar”. Num primeiro momento, tais textos foram lidos em sala de aula pelos professores e, em seguida, promoveu-se uma reflexão oral acerca dos textos lidos, na qual os alunos puderam falar sobre os sentidos que emergiram depois da leitura. A coletânea de textos selecionados para a leitura e debate com os alunos é a seguinte:

Recortes da obra *Doidinho*, de José Lins do Rego, que narra o percurso do personagem Carlos de Melo em sua vida escolar, a qual fora repleta de fracassos, resultando em sua fuga da escola; Imagem intitulada *O nosso sistema educacional em uma imagem*, que aborda a questão da avaliação na escola; duas tirinhas do personagem Calvin, nas quais um garoto de seis anos de idade retrata sua insatisfação com o sistema escolar; e duas tirinhas da personagem Mafalda, de Quino, em que seu amigo Manolito, um estudante que tira notas baixas (menos em matemática, por causa das contas que aprende no mercado do pai) traz questionamentos a respeito do processo de aprendizagem escolar; além disso, selecionamos



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

dois artigos que circularam na internet: “*MEC divulga notas do ENEM 2014: redação com média baixa*”, de Rodrigo Maia, publicado no site de notícias R7 em 14/01/2015 que discute o mau desempenho dos alunos na redação do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio), no ano de 2014, e “*Mesmo com evolução, Brasil segue mal posicionado no Pisa*”, publicado no site Clicrbs em 26/12/2012, que aborda o desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa, na sigla em inglês) no ano de 2011.

A partir da leitura, discussão e da oportunidade dos alunos realizarem gestos de interpretação, eles puderam produzir, num segundo momento, textos escritos, expondo seus pontos de vista sobre a temática do fracasso escolar.

Conforme já explicitamos, o dispositivo teórico analítico é o da Análise do Discurso pecheuxtiana. Sendo assim, para as análises das produções textuais, não nos interessa os aspectos gramaticais ou ortográficos da escrita, tampouco se os textos apresentam uma estrutura adequada às normas textuais, mas como se dá a construção dos sentidos e argumentos nos discursos produzidos pelos alunos, ou seja, quais sentidos esses argumentos constroem e quais sentidos estão possivelmente silenciados, considerando para isso os indícios de determinado funcionamento discursivo, os quais para o analista do discurso são constituídos pelas marcas linguísticas que o sujeito deixa em seu dizer.

Em nossas análises trabalharemos com a noção de recorte que segundo Orlandi (2011, p.139) “é uma unidade discursiva: fragmento correlacionado de linguagem – e – situação” que remetem à noção de polissemia, uma vez que “são feitos na (e pela) situação de interlocução” (idem, 2011, p.140).

Apresentaremos, a seguir, análises de três recortes de nosso *corpus*, ressaltando que tais recortes serão apresentados tais como foram escritos, pois, conforme já afirmamos, não nos interessa os “erros” ortográficos e/ou gramaticais que eventualmente esses textos apresentam, mas os sentidos que deles emergem.

Recorte 1: sujeito-aluno A (5º ano)

Eu acho que a prova da professora é justa porque eles que o nosso bem não mal as prova e boa pra gente aprende várias coisas interessante e importante assim é pra mim. Agora eu acho que quem não consegue aprende é que não sesforçam pra aprender e escolheu brincar e escolheu não estudar.

Moral: nunca deixe de estudar.

Estudar faz bem
Não abandone



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Recorte 2: sujeito-aluno G. (5º ano)

Na escola é assim
A culpa do aluno de não aprender é por causa dele mesmo, por falta de atenção.
Os professores ensinam mais não tem atenção falta de aprendiza.
[...] A diretora ensina o certo da advertências, da recados, proíbe o chiclete na sala de aula, procura resolver brigas e discussões.
As atividades dos professores são qualificadas com a prova da prefeitura.

No primeiro recorte, observamos que embora o texto aparentemente seja um texto argumentativo o sujeito-aluno utiliza, para efeito de fechamento, a moral, característica comum do gênero discursivo fábula, provavelmente, por ser o gênero com o qual ele está mais “acostumado” ou tenha mais familiaridade, isso pode indiciar também que textos com características argumentativas não são muito trabalhados em sala de aula.

No entanto, podemos dizer que a moral é utilizada como argumento que visa a reforçar os sentidos sobre educação que o sujeito-aluno evoca ao longo de sua escrita, tais como o de que na escola aprende-se “várias coisas interessante e importante”, por isso não se deve deixar de estudar, marcado pelo sujeito-aluno através das formulações presentes na moral de seu texto, são elas, “nunca deixa de estudar” e “não abandone”.

Outro aspecto que nos chama atenção neste e em vários recortes de nosso *corpus* é a atribuição da responsabilidade pelo fracasso ao próprio aluno, evidenciada por “eu acho que quem não consegue aprende é que não se esforçam pra aprender e escolheu brincar e escolheu não estudar”, como se a dificuldade de aprendizagem fosse uma escolha individual e não marcada por diversos fatores intra e extraescolares.

O mesmo é observado no recorte 2, já no início do texto, quando o sujeito-aluno escreve “A culpa do aluno de não aprender é por causa dele mesmo, por falta de atenção.” E para sustentar tal sentido o sujeito-aluno evidencia os esforços que professores e direção da escola fazem para que os alunos aprendam. Contudo, temos indícios de uma prática escolar autoritária, praticada por meio de advertências e proibições, que podem cercear a prática da argumentação pelos alunos.

Também nos chama atenção a ideia que o sujeito-aluno G. apresenta de que boas atividades são aquelas que estão em consonância com as avaliações externas realizadas pelo governo municipal, quando ele diz “as atividades dos professores são qualificadas com a prova da prefeitura”, isso corrobora nossa hipótese inicial de que o sentido de



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

fracasso/sucesso escolar, também, está presente no cotidiano escolar por meio dos instrumentos externos de avaliação, que podem afetar, significativamente, os alunos e sua relação com o processo de ensino-aprendizagem.

Recorte 3: Sujeito V. (9º ano)

Sem título

Nós precisamos de alunos mais criativos, alunos que tentam buscar novas matérias pensamentos que inovam a (rasura) educação, o tempo que temos na escola devia ser mais aproveitado. Os professores deviam ter um pouco mais de disciplina, poderiam insistir que os alunos aprendecem a materia.

De um modo que seria bom para todos porque sempre tem um aluno que tem dificuldade para aprender, eu acho que a escola devia dar mais chance de aprendizagem para esses alunos mais afastados.

No terceiro recorte, temos um indício que poderíamos caracterizar como marca de não autoria, a ausência de título, pois segundo Pacífico (2002, p.99) há nessa ausência uma quebra da unidade textual, uma vez que

o título faz parte da organização do texto, pois pode condensar aquilo que será expandido na construção textual, fornecendo ao leitor uma pista de leitura. O título é a primeira tentativa de controle da deriva; a marca inicial da autoria, que pode ou não se efetivar no texto (PACÍFICO, 2002, p.99).

No entanto, observamos ao longo do texto que o sujeito-aluno tenta controlar a dispersão de sentidos, inclusive por meio da rasura, que funciona como mecanismo de autoria usado pelo sujeito ao retornar ao dizer, o que configura na perspectiva da AD como uma ilusão do sujeito de que ele pode escolher a melhor palavra, o que Pêcheux (2009) chama de ilusão ou esquecimento número 2. Importante destacar que, segundo Tfouni (2001, p. 83):

Analiticamente, o sujeito ocupa a posição de autor quando retroage sobre o processo de produção de sentidos, procurando “amarrar” a dispersão que está sempre virtualmente se instalando, devido à equivocidade da língua.

Outra marca que nos chama a atenção nesse recorte é uso da primeira pessoa do plural (nós) no início do texto, por meio do qual o sujeito-aluno se inclui entre os alunos que tentam criar, inovar e que deveriam, segundo ele, ser mais aproveitado pela escola. No entanto, quando se refere aos alunos com dificuldade o sujeito-aluno marca um distanciamento, “os alunos”, “esses alunos” e não mais “nós alunos”. Essa inserção no dizer seguida do



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

distanciamento pode indiciar que o aluno relacione sua experiência escolar ao sucesso e não ao fracasso escolar, embora os termos sucesso ou fracasso sejam silenciados.

Vale destacar que este sujeito-aluno se posiciona e manifesta seu descontentamento com o processo de aprendizagem escolar, argumentando e mostrando alternativas pautadas em uma ideia muito difundida por alguns profissionais de educação e, também, pela mídia, a saber, a necessidade de disciplina. Observamos aqui o efeito que a ideologia tem na naturalização dos sentidos e na reprodução de discursos dominantes. Tais efeitos se dão, também, por conta da formação discursiva na qual esse sujeito se encontra, a FD dominante que valoriza cada vez mais a disciplina e o sucesso nos mais variados espaços da vida, inclusive na escola.

Algumas Considerações

A partir de nossas análises notamos como a escola ainda funciona como o lugar socialmente legitimado para reprodução cultural e transmissão de conhecimento/poder, tornando-se a reprodutora da ideologia dominante, naturalizando sentidos como o da responsabilidade e culpabilização do próprio aluno pela (não) aprendizagem, ou seja, pelo fracasso ou sucesso escolar.

É importante observar que quando os alunos marcam tais sentidos eles os fazem de acordo com o lugar que ocupam, ou seja, a posição sujeito-aluno que “não deveriam” questionar o professor e nem a escola. No entanto, sendo o espaço discursivo aberto é possível encontrarmos marcas de resistência na escrita desses alunos e o desejo por uma educação diferente, por uma escola onde o pensamento crítico e criativo do aluno seja “mais aproveitado”.

Do que analisamos, consideramos, ainda, que é possível sim haver argumentação e instauração de autoria por parte dos alunos, e para isso é fundamental o trabalho com a leitura do arquivo e com o discurso polêmico, no espaço escolar. Trabalho esse que pode e deve ser desenvolvido ao longo de toda a escolaridade. Do mesmo modo, criar espaços para que os alunos possam se posicionar e se fazer ouvir é imprescindível no desenvolvimento da prática de argumentação.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

Por fim, queremos destacar que ouvir os sentidos que os sujeitos-alunos trazem sobre educação, especialmente, no que tange à aprendizagem e ao sucesso/fracasso escolar nos afeta e nos motiva a continuar na caminhada em busca de uma educação que não cerceie, nem limite a produção de novos sentidos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMOSSY, R. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Tradução de Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio Ferreira. EID&A - *Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, n.1, p. 129-144, nov. 2011.

CÂNDIDO, A. O direito à Literatura. In: _____ *Vários escritos*. São Paulo: Duas Cidades, 1995, p. 169-191.

INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela? In: INDURSKY, F. e LEANDRO FERREIRA, M. C. *Análise do discurso no Brasil, mapeando conceitos, confrontando limites*. São Carlos: Claraluz, 2007, p.163-172.

LEMES, N. *Argumentação, livro didático e discurso jornalístico: vozes que se cruzam na disputa pelo dizer e silenciar*. Dissertação de Mestrado. FFCLRP/USP, julho 2013.

ORLANDI, E. P. Análise de Discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (orgs.) *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e textualidade*. Campinas, SP: Pontes, 2010, p.11-32.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. Campinas, SP: Pontes, 2011.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. Campinas, SP: Pontes, 11 ed., 2013.

PACÍFICO, S. M. R. *Argumentação e autoria: o silenciamento do dizer*. 2002. 190 f. Tese de Doutorado. FFCLRP-USP, 2002.

_____. *Argumentação e autoria nas redações de universitários: discurso e silêncio*. – 1. ed. – Curitiba : Appris, 2012. (Coleção linguagens)

_____. *Leitura, escrita e autoria nas séries iniciais do Ensino Fundamental*. Trabalho de pós-doutorado. UNESP-Araraquara, 2013.

_____. O direito à argumentação no contexto escolar. In: PIRIS, E.; OLÍMPIO-FERREIRA, M. (Orgs.) *Discurso e Argumentação em múltiplos enfoques*. Coimbra: Grácio Editor, 2016. p.191- 226.

PÊCHEUX, M. *Análise automática do discurso*. In: GADET, F e HAK, T.(org.).*Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução Bethania S. Mariani [et al.]. Campinas, SP.: Editora da UNICAMP,1990, p.61-162.



VI Colóquio e I Instituto da Associação Latino-Americana de Estudos do Discurso – ALED – Brasil
Estudos do discurso: questões teórico-metodológicas, sociais e éticas
São Carlos, 27-30 de Julho de 2016

_____. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução Eni Puccinelli Orlandi [et al.] Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2009.

_____. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org.) *Gestos de leitura: da história no discurso*. 4ª ed. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p57-68.

TFOUNI, L.V. A dispersão e a deriva na constituição da autoria e suas implicações para uma teoria do letramento. In: SIGNORINI, I. (org.). *Investigando a relação oral/escrito e as teorias do letramento*. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2001.

ZOPPI-FONTANA, M. Retórica e argumentação. In: ORLANDI, E.P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. *Introdução às ciências da linguagem – Discurso e Textualidade*. Campinas: Pontes, 2 ed., 2010, p.177-210.